

CEDI - P. I. B.
DATA 03 06 86
COD. P.K. D28

PROSPECÇÃO ARQUEOLÓGICA NO PIA MARUDJEWARA - PA-AT-13
RESERVA INDÍGENA PARAKANÁ (PA)
AGESP/NDV/82 - CARLOS E. P. MILLS (coord.)

INTRODUÇÃO

Chegando à Tucuruí, onde está o canteiro de obras da ELETRONORTE com sua grande barragem sobre o Rio Tocantins, estabelecemos contatos com o Chefe do PI Tucuruí, o Sr. IBERE SASSI. Dele obtivemos dados suficientes para traçar o esquema das operações de campo.

Nosso deslocamento dependia em primeira instância da cooperação da ELETRONORTE cedendo nos o helicóptero, periodicamente, para possibilitar o acesso às instalações do futuro PIA Marudjewara (Posto Indígena de Atração), pois a pista de pouso ainda está sendo aberta pela COMARA (*) baseado ao local.

O Sr. IBERE forneceu várias informações valiosas bem como a localização exata de um Sítio Arqueológico na margem direita do Rio Cajazeiras do Meio. Informou também que havia um índio, denominado "CEARÁ" do PI PUCURUÍ que já teria morado, quando garoto, naquele local - antiga Aldeia - e a conhecia muito bem; ele se dispôs a nos guiar e mostrar as evidências arqueológicas ali existentes.

Assim, estabelecemos como roteiro:

TUCURUÍ/PI PUCURUÍ/PIA MARUDJEWARA

No PIA Marudjewara, após localizar o Sítio Arqueológico faríamos uma coleta superficial de vestígios de Cerâmica (cacos) e/ou instrumentos líticos (machados de pedra, quebra cacos, etc...). Ficou claro que, afim de estabelecer o vínculo entre aqueles achados e cultura PARAKANÃ (atual), seria necessário confrontar aquelas peças antigas com produtos recentes, verificando suas técnicas de elaboração e composição. Assim estaria definitivamente estabelecida a imemorialidade Parakanã naquele Sítio pois, estamos, no caso, associando duas técnicas de investigação, a Antropológica e a Arqueológica (Etno-Arqueológica).

(*) Comissão de Aeródromos da Região Amazônica

OS PARAKANÃ

GRUPO INDÍGENA: Parakanã, contato intermitente

LOCALIZAÇÃO: Estado do Pará, margem esquerda do Rio Tocantins e nascentes do Rio Pacajá.
Dois núcleos populacionais às margens dos Igarapés Pucuruí (PI Pucuruí) e Lontra (PI Parakanã).

LÍNGUA : Tupi-Guarani, tronco linguístico-Tupi

ÁREA INDÍGENA: Reserva Indígena Parakanã

MUNICÍPIOS : Itupiranga (PA) e
Jacundá (PA).

TERRA DEMARCADA: Decreto nº 68.913, de 13.07.71.

TERRA PROPOSTA: Proc. FUNAI/BSB/5487/70, aprovada em 24.3.82

POPULAÇÃO: 166 indivíduos - 129 PI Lontra (Murici)
- 37 PI Pucuruí

ATIVIDADES DE SUBSISTÊNCIA :

- Coleta: Castanha do Pará
- Agricultura: mandioca, banana, milho, cará, inhame, algodão.
- Artesanato: palha de babáçu, taquara, taboca branca, penas de aves e o barro (argila) são utilizados para a confecção de: cerâmica (objeto de argila), arcos, flechas, cestos.

(Seg: IIB nº 024/82).

HISTÓRICO

A ocupação da região do vale do Tocantins teve início em meados do século XVII, através de missionários, provocando o deslocamento das Aldeias para o litoral. Posteriormente, em torno de 1669, houve outra penetração em busca das "drogas do sertão", ou seja o cravo, a canela e a castanha. Este último produto teve sua extração aumentada a partir do século XVIII, particularmente, a castanha do Pará que exerceu naquela parte da Amazônia o papel equivalente ao da seringueira no Norte do País. Nesta época começam as expedições visando a descoberta de novas fontes econômicas como também estabelecer ligação entre o Norte e o interior de Goiás e Maranhão. (Seg. IIB nº 024/82).

Recentemente, em 1970, como consequência da influência da construção da Rodovia Transamazônica sobre a região, a FUNAI implantou uma Frente de Atração, visando contatar o grupo Parakanã. Este contato somente se realizou primeiramente em 1971 com uma das 3 Aldeias existentes na época, aquela se encontrava às margens do Igarapé Lontra. A segunda, neste mesmo ano, ^{1976/77} foi contatada às margens do rio Anapú, nas proximidades de Altamira. Após a consolidação do contato a Aldeia foi transferida para o rio Pucuruí, o PI Pucuruí.

Em 1972, foi contatado o último aldeamento Parakanã, no Rio Cajazeiras do Meio.

Em 1973, a equipe integrante da Frente de Atração obtém informações sobre a existência de um outro grupo Parakanã, isolado, em perambulação pela região compreendida entre os Rios Pacajá e o Cajazeiras do Meio.

No contato direto com os índios Parakanã, nesta viagem ao campo, fomos informados de que a Aldeia do Rio Cajazeiras se dividiu pouco antes do contato. O grupo arredio que vive na margem direita do Cajazeiras seria uma fração da referida Aldeia. A outra parte migrou para o rio Anapú onde se deu o contato e foi, como dissemos, transferida para o rio Pucuruí.

No momento, em virtude da construção da Hidroelétrica de Tucuruí (antiga São Pedro de Alcobaça) pela ELETRONORTE, visando o aproveitamento energético da bacia do Rio Tocantins para atender às regiões Norte e Nordeste do País, a área da Reserva Indígena Parakanã onde se situa o PI Pucuruí, será submersa pelas águas, colocando-se novamente a urgência em transferir de novo o grupo ali estabelecido para a antiga Aldeia, no rio Cajazeiras do Meio, onde está sendo implantado o PIA Marudjewara (*) (denominação e local escolhido pelos Parakanã).

O processo de relocação teve início em 1978 quando a FUNAI elaborou o Projeto de Remanejamento do grupo Parakanã. Porém tal projeto esteve paralizado durante o período 1979/80. Foi em 1980, por meio da Portaria nº 908/E de 03 de dezembro é criado um grupo de trabalho para dar continuidade ao projeto.

Porém o Grupo de Trabalho encontra dificuldades em justificar a inclusão de uma região reivindicada pelos índios, e que corresponde a parte da antiga Aldeia, na margem direita do rio Cajazeiras do Meio.

O Coordenador do Projeto, o Assessor, Sr. Adalberto Andrade Leal solicita o parecer técnico de um arqueólogo que, com base nas informações do Chefe do PI Pucuruí (futuro Marudjewara), Sr. IBERÉ SASSI, comprovaria ou não a existência de vestígios arqueológico da antiga Aldeia Parakanã, naquele local.

Assim teve início este trabalho, a prospecção arqueológica da antiga área da Aldeia de Cajazeiras.

(*) Posto Indígena de Atração

A PESQUISA ARQUEOLÓGICA NO RIO TOCANTINS

Particularmente, a partir de 1965, a pesquisa Arqueológica no Brasil sofreu um novo e significativo impulso resultante da implantação do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA). Tal programa teve como ponto básico a padronização da pesquisa Arqueológica em nosso País. Particularmente, a designação codificada dos Sítios Arqueológicos mediante o uso de símbolos alfanuméricos é uma necessidade, dada a urgência de identificação, classificação e localização desses Sítios no vasto espaço territorial do Brasil.

Assim, cada grupo de pesquisadores providenciou a confecção de um mapa de seu Estado, dividindo-o em áreas menores para cadastro e pesquisa de Sítios Arqueológicos, segundo normas discutidas e aprovadas em reuniões promovidas em vários Congressos.

Em 1976 com a elaboração do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas na Bacia Amazônica (PRONAPABA), resultado do Convênio entre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Smithsonian Institution, com autorização do IPHAN e financiamento do Museu Paraense Emílio Goeldi foram publicados os grupos arqueológicos da Amazônia Legal Brasileira (1).

Estas convenções referidas são adotadas neste trabalho. Vide mapa Arqueológico no Estado do Pará onde situamos o sítio arqueológico aqui estudado. A área onde o mesmo está inserido foi denominada PA-AT.

PA, sigla do Pará, e AT designa a região Arqueológica dos Rios Araguaia-Tocantins, corresponde a "Área Sudeste do Estado compreendido entre as divisas com os Estados de Goiás (a leste) e Maranhão (a nordeste)".

Dentro desta área temos já os seguintes Sítios Arqueológicos documentados pelo Museu Goeldi e Prospectados por várias instituições:

FASE ITACAIÚNAS (localizados nas roças dos Atuais Kayapó-Xikrin):

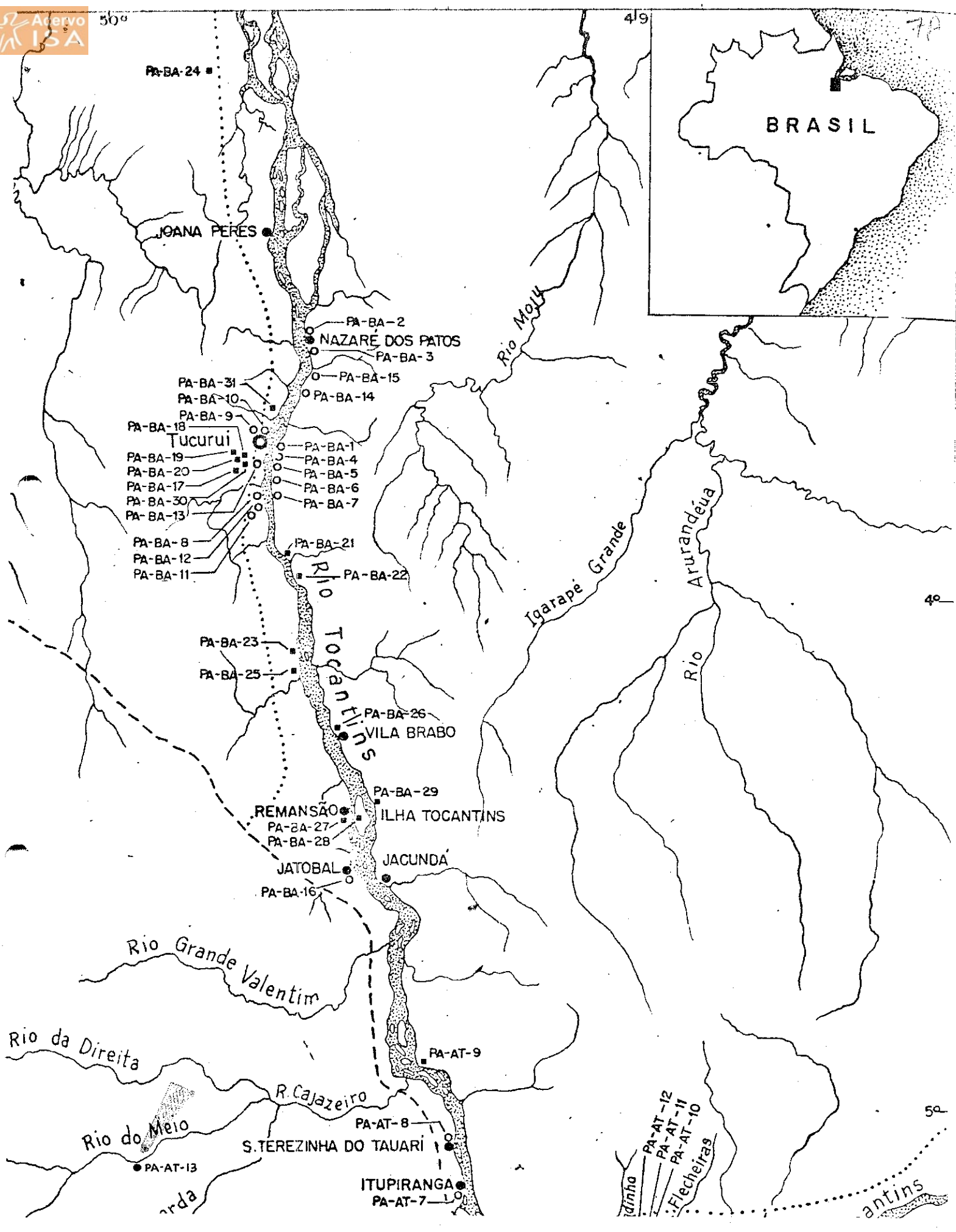
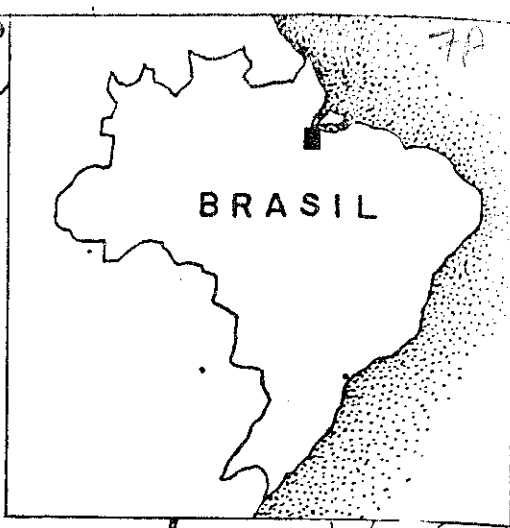
- PA-AT-1 : Alto Bonito (Rio Itacaiúnas, Igarapé, Tapirapé)
- PA-AT-2 : Aldeia Velha do Caiteté (Rio Itacaiúnas, sfl. Caiteté).
- PA-AT-3 : Aldeia Nova dos Xikrin (confluência dos Rios Itacaiúnas e Caiteté).

Sítios Fase Cerâmica a ser designada: (Sítios-Habitação)

- PA-AT-4 : São José (foz do Rio Itacaiúnas, no Tocantins)
- PA-AT-5 : Novilhas I (Igarapé dos Novilhos, 13 Km de Marabá).
- PA-AT-6 : Novilhas II (15 Km de Marabá pela Transamazônica).
- PA-AT-7 : Jabuti (prox. Itupiranga, Tocantins).
- PA-AT-8 : Tauari (entre Itupiranga e Ipixuna, Tocantins).

Estes dados resumem as condições sobre a história da ocupação indígena na margem esquerda do Tocantins, no Rio Itacaiúnas. Estas ocupações se referem em especial aos Kayapó-Xikrin e outros grupos ainda não definidos. Nenhuma pesquisa temos na área do Rio Cajazeiras, também na mesma margem do Tocantins. Assim, estas ocupações parecem demonstrar a grande mobilidade dos povos indígenas daquela região, comprovada por sua ocupação superficial. Esta mobilidade está relacionada com a ecologia do solo Amazônico. Seu esgotamento rápido e seus ciclos de recuperação, forçando as populações a fazerem ocupações apenas periódicas, em um sistema rotativo cujo período pode durar aprox. 10 a 15 anos.

- PA-AT-9 : PIXUNINHA (1978), margem direita do Tocantins (Ipixuna)
- PA-AT-10 : ESPÍRITO SANTO (1979), idem, pouco abaixo de Marabá.
- PA-AT-11 : CASTANHEIRA (1979), idem, idem.
- PA-AT-12 : CENTRO DO MEIO (1979), idem, idem.



PA-BA-24

JOANA PERES

PA-BA-2

NAZARÉ DOS PATOS

PA-BA-3

PA-BA-31

PA-BA-10

PA-BA-9

PA-BA-15

PA-BA-14

PA-BA-18

PA-BA-19

PA-BA-20

PA-BA-17

PA-BA-30

PA-BA-13

Tucuruí

PA-BA-1

PA-BA-4

PA-BA-5

PA-BA-6

PA-BA-7

PA-BA-8

PA-BA-12

PA-BA-11

PA-BA-21

PA-BA-22

PA-BA-23

PA-BA-25

PA-BA-26

VILA BRABO

PA-BA-29

REMANSAO

PA-BA-27

PA-BA-28

ILHA TOCANTINS

JATOBAL

JACUNDA

PA-BA-16

Rio Grande Valentim

Rio da Direita

Rio do Meio

PA-AT-13

R. Calazeiro

PA-AT-8

S. TEREZINHA DO TAUARI

ITUPIRANGA

PA-AT-7

PA-AT-9

PA-AT-12

PA-AT-11

PA-AT-10

Flecheiras

Adinha

antins

SÍTIO MARUDJEWARA - PA-AT-13

Na margem direita do Rio Cajazeiras do Meio, subfluente da margem esquerda do rio Tocantins, local de atividade agrícola recente, solo revolvido, com plantações de bananeira e mandioca feitas pela FUNAI e pela COMARA recentemente no local para abertura do campo de pouso.

A composição do solo é argilosa, sedimentar, relevo de planalto com serras contornando a floresta. A área do sítio foi arada e cultivada pelo menos por três vezes, segundo informações do pessoal da COMARA. Abrange uma área de pelo menos 1 Km x 2 Km com os seguintes vestígios arqueológicos:

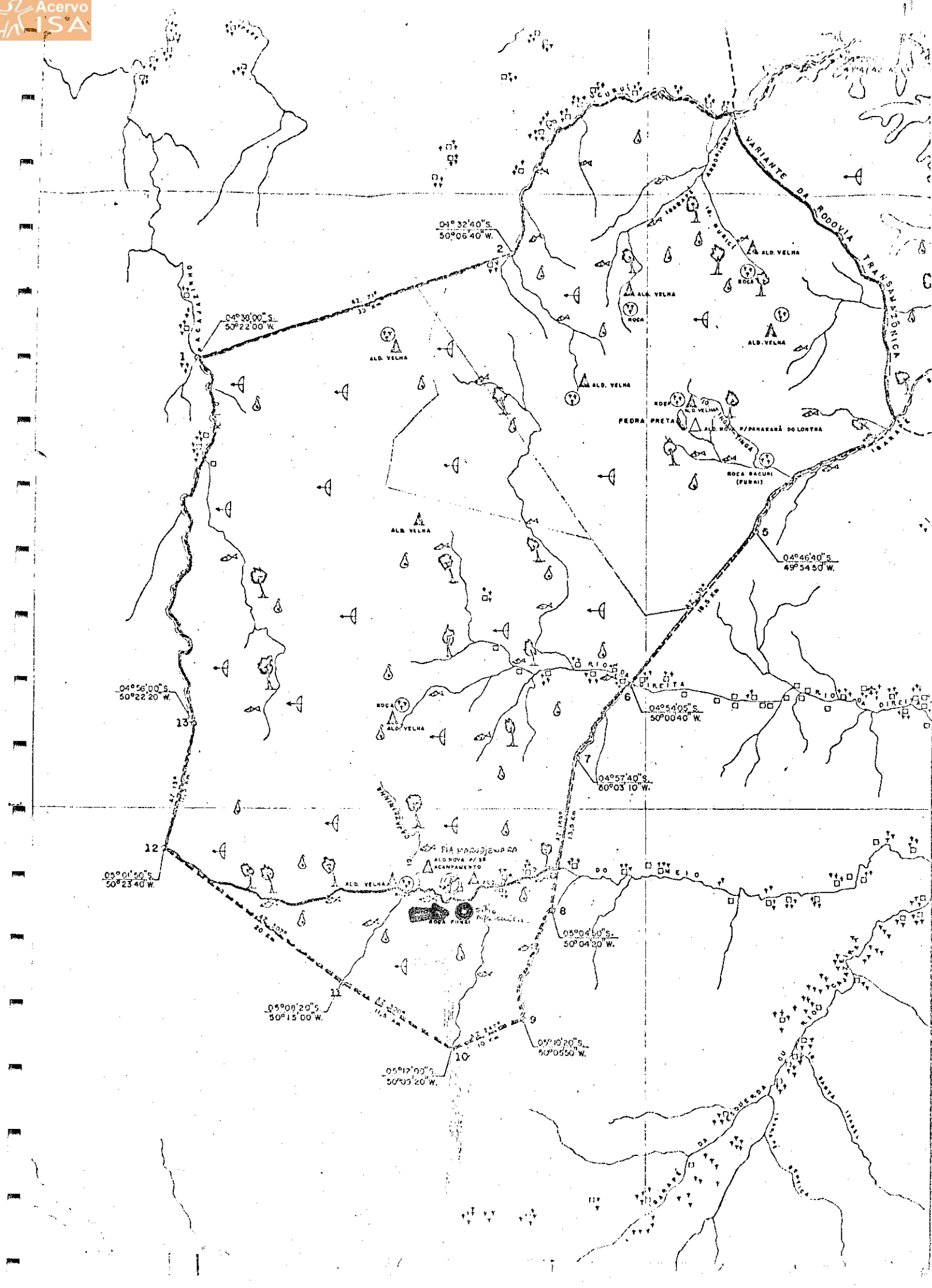
- 8.1. ~~Toda a superfície~~ do terreno, uma camada de solo argiloso de 5cm de espessura superficial, encontra-se repleta de cacos de cerâmica e instrumentos líticos (de pedra).
- 8.2. O funcionário da COMARA, Sr. Ferdinando (Mapuera), informou que durante a queimada costuma-se encontrar muitos objetos de pedra polida, além da cerâmica, e que quando a vegetação cresce fica muito difícil localizá-las. De fato, apesar de ver diversos objetos semelhantes e quebra-côcos de granito polido de posse do pessoal da COMARA e do Sr. IBERE SASSI, achamos apenas um exemplar na superfície do Sítio durante a prospecção. Provavelmente tais instrumentos são utilizados para quebrar côco-babaçu, abundante na região.
- 8.3. Há evidências de carvão vegetal até 5cm de profundidade no solo, evidenciando as queimadas realizadas no local. Como o carvão está muito exposto à contaminação ambiental talvez não se preste à datação radioativa que poderia indicar a data exata da queimada; através do carbono-14. Mesmo assim, efetuamos duas coletas de carvão, uma de superfície e outra a 5cm de profundidade do solo.

8.4. A cerâmica encontra-se aflorando em grande parte da Superfície do solo. Evidentemente não podemos oferecer de imediato um resultado analítico das amostras de cerâmica coletadas e inseri-las num contexto de classificação quanto a tradições ou fases cerâmicas encontradas na região do TOCANTINS. Entretanto, podemos afirmar que se trata de ocupação recente, no máximo de 50 anos, concordando com os depoimentos do pessoal da COMARA na área e dos índios Parakanã ao relembrar os acontecimentos locais e mesmo seu aspecto Histórico. (3).

8.5. QUANTO AOS TIPOS CERÂMICOS ENCONTRADOS TEMOS: (4)

| AMOSTRAS DE CERÂMICA COLETADAS NO SÍTIO PA-AT-09 | AMOSTRAS DE POTES DA ALDEIA PARAKANÃ DO PI PUCURUI |
|--|--|
| <p>1. Tipo Simples</p> <p>1.1. Com banho vermelho (a maioria dos cacos).</p> | <p>1. Tipo Simples</p> <p>1.1. Com banho vermelho</p> |
| <p>2. Tipo Decorado</p> <p>2.1. Inciso</p> <p>2.1.1. Linhas finas (duas peças)</p> | <p>2. Tipo Decorado</p> <p>2.1. Pintado</p> <p>2.1.1. Negro sobre vermelho (duas peças).</p> |

OBS: A mostra foi colhida aleatoriamente e seu objetivo não constitui a elaboração de uma seriação evolutiva, procurando apenas evidenciar a utilização de técnicas semelhantes entre os índios que habitaram o Sítio Arqueológico e aqueles que habitam a atual Aldeia Pucurui.



MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO - FUNAI

Ocupação Imemorial Parakanã

Lei 6.001 de 19.05.1973

Dispõe sobre o Estatuto do Índio

DAS TERRAS OCUPADAS

"Art. 25 - O reconhecimento do direito dos índios e grupos tribais à posse permanente das terras por eles habitadas, nos termos do Artigo 198, da Constituição Federal, independará de sua demarcação, e será assegurado pelo órgão federal de assistência aos silvícolas, atendendo à situação atual e ao Consenso Histórico Sobre a antiguidade da ocupação, sem prejuízo das medidas cabíveis que, na omissão do referido órgão, tomar qualquer dos Poderes da República".

DA EDUCAÇÃO, CULTURA E SAÚDE

"Art. 47 - É assegurado o respeito ao patrimônio cultural das comunidades indígenas, seus valores artísticos e meios de expressão".

Os pressupostos estabelecidos na Lei 6.001, artigos citados acima, forneceram as bases para o desenvolvimento da Arqueologia. As constantes questões de terra envolvendo o litígio entre comunidades indígenas e interesses particulares ou estatais constantemente ressaltam um argumento essencial: a imemorialidade da posse indígenas. Assim, a antiguidade da ocupação de índio nas terras disputadas passou a caracterizar um argumento básico e comprobatório de sua efetiva ocupação.

A questão, a princípio, restrita à esfera jurídica, transcendeu-a quando foram considerados os aspectos culturais, antropológicos. A consciência de que a categoria "ÍNDIO", genérica, não corresponde a uma realidade paupável foi demonstrada

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDÍO - FUNAI

de após anos de incansáveis estudos antropológicos. Chegou-se a perceber que temos no território brasileiro cerca de 150 grupos indígenas, com sua própria língua, muitas delas ininteligíveis entre si, pertencentes inclusive a troncos linguísticos distintos como o Gê, Tupi, Aruak, etc.

Estes muitos grupos ainda possuem características culturais distintas quanto:

- Ao uso da terra e a noção de propriedade;
- À estrutura social; e
- Ao sistema mágico-religioso.

Cada um destes aspectos possuem reflexos entre si. Porém o que mais nos interessa aqui é o relativo ao uso e posse da terra. Os diversos grupos indígenas se distinguem, basicamente, como nômades ou seminômades e sedentários. Os primeiros dedicam-se exclusivamente à caça e à coleta, incluindo o extrativismo vegetal. Os outros dedicam-se a uma agricultura de subsistência. O modo como os diversos grupos definem a ocupação das terras sob seu uso é muito variado. Porém sabemos que os diversos grupos utilizam um vasto território de circulação sazonal, acompanhando os ritmos da BIOTA local. Assim sua ocupação, em qualquer sítio é transitória, mas recorrente, periódica. Eles sempre voltam aos pontos já ocupados. Cada um desses pontos é reconhecido pelo grupo. Tais grupos têm um panorama completo de recomposição das espécies vegetais derrubadas e da caça associada a cada uma dessas espécies que lhe servem de alimento. Assim, o comportamento do grupo é sincrônico ao do próprio ambiente em que vive, utilizando-o e respeitando seu próprio ciclo natural de recuperação.

Nesta perspectiva torna-se necessário um conhecimento profundo da cultura de cada grupo indígena de modo a que possamos definir qual é o seu território efetivo de ocu

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO - FUNAI

pação, segundo suas noções culturais, pois todo o acompanhamento dos ciclos naturais é perfeitamente integrado e expresso através de seus ritos, seus mitos e da sua cosmovisão.

Porém, recentemente, com o advento da pesquisa arqueológica, pudemos perceber que tais movimentações, envolvendo grandes contingentes populacionais índios no território brasileiro, têm seu registro desde um tempo incrivelmente longo no passado de nosso país - Continente. Recentes pesquisas revelaram a ocupação destas populações desde 35.000 anos atrás! São datas que por si só garantem a antiguidade do Índio no Brasil, como ainda indicam a necessidade de modificação na teoria antropológica referente à ocupação humana da América, em especial da América do Sul.

Evidentemente que nesta perspectiva os Artigos citados da Lei 6.001 tomam uma projeção inteiramente nova. Agora, com o dado arqueológico, a comprovação da antiguidade, muitas vezes pré-histórica, do Índio em sua área de ocupação é viável e poderá ser estabelecida em bases científicas; não só históricas mas também arqueológicas.

Dentro deste quadro traçado à luz das normas jurídicas e segundo uma perspectiva histórica dos grupos humanos tribais, podemos nos reportar especialmente, ao caso Parakanã. Neste aspecto nossa abordagem considera dois aspectos básicos: o ecológico e o cultural.

Sob o aspecto ecológico a situação onde se encontra o sítio arqueológico MARUDJENARA assume uma feição de maior importância. Trata-se, principalmente, da situação do Sítio (antiga aldeia) no sistema hidrográfico local. Situa-se no trecho médio do Rio do Meio (ou Cajazeiras do Meio). Assim sendo, considerando a perspectiva da reocupação da referida área, pelo grupo Parakanã, as cabeceiras do Rio do Meio necessitam inteira proteção afim de garantir a integridade das águas, dando condições mínimas de vida ao citado grupo. Estas

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO - FUNAI

garantias se estendem também, naturalmente, à fauna local que supre de caça e pesca (base alimentar protéica) ao grupo.

Considerando a situação Parakanã sob o ponto de vista cultural, e em especial com base ao que nos informa o documento arqueológico, podemos afirmar pela imemorial ocupação deste grupo nas margens (ambas) do Rio do Meio. Os vestígios de antiga aldeia espalhada por uma superfície de no mínimo 2 Km² indica a existência anterior e relativamente recente (em termos arqueológicos), um máximo de 50 anos, de Aldeia (ou Aldeias) além de áreas extensas de cultivo (uma análise palinológica revelaria as espécies vegetais cultivadas).

O Sítio arqueológico PA-AT-13 MARUDJE/ARA contém abundantes vestígios de cerâmica originária de utensílios, possivelmente de uso diário no preparo de grãos e líquidos. É uma cerâmica cozida a baixa Temperatura como indicam suas paredes interiores e muitas peças apresentam detalhes de uma decoração externa bastante simplificada.

Em vários aspectos, principalmente quanto às técnicas de fabricação e matérias-primas, esta cerâmica se assemelha àquela atualmente produzida pelo grupo Parakanã sediado no PI-PHOMUI. Foram fotografadas e colhidas amostras de cerâmica no sítio arqueológico e posteriormente comparadas com várias peças de cerâmica de artesanato local, cedidas pelo grupo para estudo, constatando sua evidente semelhança.

O mesmo se aplica aos instrumentos de pedras (trituradores, quebra-côcos, machados polidos) encontrados no Sítio. Atualmente ainda há indivíduos representantes do grupo Parakanã que podem demonstrar a fabricação e montagem e uso destes instrumentos de pedra, com técnicas idênticas àsquelas do Sítio arqueológico.

Estabelecendo as ligações definitivas entre os fatos, temos o depoimento resultante da pesquisa antropológica

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDÍO - FUNAI

Junto à este grupo. São histórias de vida que levantadas estabelecem as conexões entre os indivíduos atuais e os fatos que se ligam à antiga aldeia Poção dos Caboclos (Atual Marudjowara). Os velhos da aldeia Pucuruí, bem como o filho do antigo Chefe da Aldeia Poção dos Caboclos, contam como se deu a migração e até as circunstâncias da morte e enterramento do antigo Chefe na região em questão.

Vemos assim, que para a memória tribal, a antiga aldeia é ainda um fato vívido e presente; sem dúvida uma prova irrefutável da legalidade histórica e científica do documento arqueológico que forma a ocupação Incomorial Parakanã à margem direita de Rio do Meio, bem como em suas nascentes onde se tem atualmente, notícias inclusive de um grupo Parakanã arredio.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDÍO
Assessoria Geral de Estudos e Pesquisas

Carlos Eduardo Plácido Mills
Antropólogo

11. BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- (1) SIMÕES, Mário F. & COSTA, Fernanda A.
Áreas da Amazônia Legal Brasileira para pesquisa e Cadastro de Sítios Arqueológicos, Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi: 1978. p. 8 (Publ. Avulsas).

- (2) idem, p. 30/31

- (3) FREIRE, Sonia Maria Campos
Informação Indígena Básica - IIB nº 024/82, Fundação Nacional do Índio/AGESP, 1982. DF.

- (4) MEGGERS, Betty J. & EVANS, Clifford.
Como Interpretar a Linguagem da Cerâmica.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
Assessoria Geral de Estudos e Pesquisas

MEG
Carlos Eduardo Plácido Mill
Antropólogo

BBB, 06/11/82

OBS: ANEXO COIXA COM 37 SÍTIOS
QUE DEVERÃO SER DEVOLVIDOS.